



ÁREA DO
CONCURSEIRO

SIMULADO
DIREITO CONSTITUCIONAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!



391) A competência do Supremo Tribunal Federal para o julgamento é prevista no artigo 102, da CF. Munido desta informação aponte a alternativa incorreta quanto à competência.

- a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- b) processar e julgar nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador Geral da República.
- c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no artigo 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- d) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.
- e) as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País.

RESPOSTA: “e”, tal competência é da Justiça Federal, consoante artigo 109, II, CF.

392) Em relação aos recursos que o Supremo Tribunal Federal julga, temos o rol dos incisos II e III do artigo 102. De acordo com tal elenco, aponte a alternativa onde não se encontra uma competência de julgamento de recursos.

- a) julgar em recurso ordinário o habeas corpus, o mandado de segurança, o habeas data e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.
- b) julgar mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo desta Constituição ou, declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal, ou julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição ou, julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
- c) julgar em recurso ordinário as causas envolvendo crime político.
- d) julgar mediante recurso especial as causas decididas quando a decisão recorrida julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.

RESPOSTA: “d”, tal recurso é competência do Superior Tribunal de Justiça, consoante artigo 105, III, b. Importante: com a edição da Emenda Constitucional tal competência foi dividida entre o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça.

*o julgamento de lei local contestada em face de lei federal, como válido, é competência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

* o julgamento de ato de governo local contestado em face de lei federal, como válido, é competência do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

393) Sobre a legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, conforme artigo 103, da CF, assinale a assertiva que não está em conformidade com o texto constitucional.

- a) o Presidente da República.
- b) a Mesa do Senado Federal.
- c) o Governador de Estado e do Distrito Federal.
- d) o Procurador Geral da República.
- e) o Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

RESPOSTA: “e”, no texto é previsto o Conselho Federal e não o Seccional.

394) Sobre o Conselho Nacional de Justiça, aponte a alternativa incorreta

- a) é composto por quinze membros com mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- b) compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário.
- c) compete ao Conselho o controle do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
- d) junto ao Conselho oficialão o Procurador Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- e) é formado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal; por um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal; por um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pelo respectivo tribunal; por um Desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo Supremo Tribunal Federal; um juiz estadual, indicado pelo Supremo Tribunal Federal; um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo respectivo tribunal; um juiz federal, indicado pelo respectivo tribunal; um juiz de Tribunal Regional do Trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho; um juiz do trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho; um membro do Ministério Público da União, indicado pelo Procurador Geral da República; um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador Geral da República dentre nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual; dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

RESPOSTA: “e”, de acordo com o artigo 103-B, da CF, o juiz de Tribunal Regional Federal e o juiz federal são indicados pelo Superior Tribunal de Justiça e não pelo respectivo tribunal, conforme incisos VI, VII.

395) Em relação ao Superior Tribunal de Justiça aponte a alternativa correta.

- a) é composto por onze Ministros.
- b) seus Ministros são nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- c) seus membros são divididos da seguinte forma: um terço dentre dos Tribunais Regionais Federais e um terço dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio tribunal e; um terço, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e Territórios, alternadamente, indicados na forma do art. 94.
- d) Funcionarão junto ao Superior Tribunal de Justiça a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso na carreira e o Conselho da Justiça Federal.

RESPOSTA: “b”, conforme artigo 104, parágrafo único, os candidatos devem ter mais de trinta e cinco anos e não trinta.

396) Dentre as competências do Superior de Tribunal de Justiça, dispostas no artigo 105, não esta incluída

- a) processar e julgar, originariamente nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais Regionais Federais, os membros dos Tribunais Regionais Eleitorais e os membros dos Tribunais Regionais do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante os tribunais citados.
- b) processar e julgar, originariamente as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados.
- c) processar e julgar, originariamente a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.
- d) julgar, em recurso especial as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelo Tribunais de Justiça dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência.
- e) julgar, em recurso especial as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais de Justiça dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo desta Constituição , ou negar-lhe vigência.

RESPOSTA: “e”, pois tal competência é do Supremo Tribunal Federal, em sede de Recurso Extraordinário.

397) Sobre os Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais, aponte a assertiva incorreta

- a) são órgãos da Justiça Federal: os Tribunais Regionais Federais e os Juízes Federais.
- b) os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, onze juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.
- c) a composição dos Tribunais Regionais Federais obedece ao seguinte: um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público Federal com mais de dez anos de carreira e, três quintos, mediante promoção de juízes federais com mais de cinco anos de exercício, por antiguidade e merecimento, alternadamente.
- d) possuem competência para julgar originariamente: os juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral; as revisões criminais e as ações rescisórias de julgados seus ou dos juízes federais da região; os mandados de segurança e os habeas data contra ato do próprio tribunal ou de juiz federal; os habeas corpus, quando a autoridade coatora for juiz federal; e, julgar em grau de recurso, as causas decididas pelos juízes federais e pelos juízes estaduais no exercício da competência federal da área de sua jurisdição.

RESPOSTA: “b”, pois não está em acordo com o artigo 107, da CF.

398) O artigo 109 da Constituição prevê quais são as competências da Justiça Federal. Dentre as assertivas abaixo aponte aquela que não consta deste rol.

- a) compete a Justiça Federal processar e julgar as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.
- b) compete a Justiça Federal processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidente de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
- c) compete a Justiça Federal processar e julgar os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico financeira.
- d) compete a Justiça Federal processar e julgar os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.
- e) compete a Justiça Federal processar e julgar os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, a execução de carta rogatória, após o exequatur, e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização.

RESPOSTA: “a”, pois tal competência é da Justiça do Trabalho, consoante artigo 114, VI, da CF.

399) Sobre a Justiça do Trabalho, aponte a assertiva incorreta

- a) O Tribunal Superior do Trabalho é composto de trinta e três Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.
- b) seus membros são divididos na seguinte proporção: um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício e, três quintos entre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura de carreira, indicados pelo próprio Tribunal Superior.
- c) junto ao Tribunal Superior do Trabalho funcionarão : a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
- d) são órgãos da Justiça do Trabalho: o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e os Juízes do Trabalho.

RESPOSTA: “a”, pois de acordo com o artigo 111-A, da CF, o Tribunal Superior do Trabalho é composto por vinte e sete Ministros, não podendo ser mais nem menos.

400) A competência da Justiça do Trabalho vem disciplinada no artigo 114, da CF. Com base nesta informação assinale a alternativa onde aparece uma competência que não se contra no artigo 114.

- a) compete a Justiça do Trabalho processar e julgar outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho.
- b) compete a Justiça do Trabalho processar e julgar crimes contra a organização do trabalho.
- c) compete a Justiça do Trabalho processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- d) compete a Justiça do Trabalho processar e julgar as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.

RESPOSTA: “b”, pois tal assertiva é competência da Justiça Federal, conforme artigo 109, VI, da CF.